

1 **ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
2 **ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
3 **REALIZADA EM 27/09/2012.**

4  
5  
6  
7 Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, no auditório  
8 Shirley Palmeira do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul,  
9 situado à Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, Quadra 03 Setor 03 – Parque  
10 dos Poderes, Campo Grande/MS, com início às nove horas realizou-se a vigésima  
11 Quarta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH\MS e  
12 estiveram presentes nesta reunião os seguintes membros: Lorivaldo Antonio de  
13 Paula – SEMAC; Leonardo Sampaio Costa – IMASUL; Elisabeth Arndt - IMASUL;  
14 João Sotoya Takagi - SEPROTUR; Carlos Roberto Padovani - EMBRAPA; Ademir  
15 Hugo Zimmer – FUNDAÇÃO MS; Daniela Marques Caramalac – CREA(OAB); Roberto  
16 Folley Coelho – CBH MIRANDA; Joemir Alfredo Bruske – ONIX GERAÇÃO DE  
17 ENERGIA; Sueli Teixeira – COSTA RICA ENERGÉTICA; Samuel Ricardo Van Der Lan  
18 – AHIPAR; Caroline de Araujo Piva – JBS; Vilson Mateus Bruzamarello – FAMASUL;  
19 Darci Dias Azambuja – APAI; Ana Paula Molina – ÁGUAS GUARIROBA; como  
20 ouvintes tiveram presentes: Arlindo Muniz – OAB MS; Lucas Carromeu – DEMETER;  
21 Hermes V. Borges – SEPROTUR; Ana Cecília Pereira- FAMASUL. Conforme § 1º do  
22 Art. 7º da RESOLUÇÃO CERH/MS Nº 010, de 31 de Março de 2008 – Regimento  
23 Interno – O conselheiro Lorivaldo Antonio de Paula assumiu a presidência da  
24 reunião. O presidente abriu os trabalhos, verificando o quorum e solicitando que a  
25 Conselheira Sueli Teixeira (Costa Rica Energética) o auxiliasse nos trabalhos da  
26 mesa. Após a abertura, foi feita a leitura do expediente do dia; Após a leitura do  
27 expediente, o presidente solicitou à secretaria Executiva que encaminhasse a  
28 aprovação da ATA da 23º Reunião Ordinária. Ata Aprovada, passou-se para os  
29 pontos de pauta: O primeiro ponto de pauta foi a apresentação e discussão sobre o  
30 Estudo que subsidiará o Enquadramento do Rio Anhanduí, apresentação feita pelo  
31 engenheiro Lucas Carromeu da consultoria Demeter. O engenheiro Lucas começou  
32 apresentando um histórico do trabalho; conceituou o enquadramento e demonstrou  
33 a metodologia adotada no trabalho do Anhanduí. A apresentação continuou com a  
34 demonstração dos dados coletados no diagnóstico, com as simulações dos cenários  
35 futuros, as simulações da evolução das cargas poluidoras e do balanço hídrico  
36 dentro das perspectivas do prognóstico. O engenheiro Lucas acabou sua  
37 apresentação relatando a proposta técnica do enquadramento. Após termino da  
38 explanação, o presidente abriu a palavra para os conselheiros com o intuito de que  
39 fossem retiradas dúvidas, e/ou feitas complementações ao trabalho. O conselho  
40 questionou sobre a metodologia de cenários utilizada no trabalho; o senhor Lucas  
41 esclareceu que a metodologia utilizada se baseou na projeção de crescimento da  
42 população, do setor industrial e da agropecuária tomando a evolução tendencial,  
43 diferenciando somente o tipo de tratamento dos seus efluentes com o crescimento  
44 da demanda. O senhor Arlindo (OAB) demonstrou preocupação quanto as vazões  
45 dos córregos para recepcionar os efluentes da cidade. O Senhor Lucas explicou que  
46 o município de Campo Grande está localizado numa área de cabeceira, ou seja, em  
47 área de nascente, e isso faz com que a cidade não tenha grandes rios (rios com  
48 grandes vazões); e que o custo para levar o efluente da cidade para rios com  
49 vazões maiores seria alto. O engenheiro Lucas também comentou que quando do  
50 planejamento da ETE Lageado, Campo Grande dispunha de outras ETE's na cidade,

51 e que estas ETE´s poderiam ter mascarado (aumentado) o volume de água no rio  
52 Anhandui, podendo ter inferido em erro o estudo de planejamento; este comentário  
53 se deve ao questionamento por parte da plenária se a ETE foi mal dimensionada  
54 para o volume de efluente que será lançado quando ela estiver operando em carga  
55 máxima. Complementando esta fala o Conselheiro Ramão Jardim fala da  
56 importância do monitoramento feito pelo Projeto Córrego Limpo da Prefeitura  
57 Municipal de Campo Grande, e ressalta que só o monitoramento não funcionará,  
58 terá que ter um plano de fiscalização efetivo para os lançamentos pontuais  
59 conhecidos (caso da ETE e das indústrias do Indubrasil). O senhor Arlindo  
60 questiona como foram conseguidos os dados de qualidade dos efluentes e do  
61 próprio Rio Anhanduí que foram analisados no estudo. O engenheiro Lucas explica  
62 que em alguns pontos foram feitas coletas pela consultoria, e que outros, foram  
63 usados dados na Semadur e do Imasul. Foram questionados de onde saíram os  
64 parâmetros analisados no estudo e por que não pediu que analisassem óleos e  
65 graxas. O engenheiro Lucas falou que os parâmetros foram definidos pelo TDR  
66 entregue pelo Imasul, que é o Órgão Gestor de Recursos Hídricos e é quem fará  
67 uma proposta oficial de enquadramento ao Conselho, mas que os parâmetros  
68 solicitados são os principais e que eles refletem a qualidade necessária para fazer  
69 um enquadramento; Sem mais indagações sobre este tema, o senhor Lorivaldo  
70 agradeceu a apresentação por parte da Demeter e deu o seguinte encaminhamento:  
71 Quando a proposta oficial de enquadramento chegar no CERH/MS, será  
72 recepcionado pela secretaria executiva, que encaminhará por meio da presidência  
73 para a Câmara Técnica de Instrumento de Gestão de Recursos Hídricos para  
74 analisar e fazer o parecer. Com o parecer da CTIGRH, este assunto voltará para a  
75 plenária para as deliberações dos conselheiros. Este encaminhamento foi aprovado  
76 pelo plenário. Entrando no próximo ponto de pauta, a eleição das CT's do conselho,  
77 o conselheiro Leonardo fez uma breve explanação do funcionamento, das  
78 exigibilidades e competências de cada Câmara Técnica, e fez uma sugestão de  
79 revogação dos parágrafos 3º e 5º do Art. 3 da Resolução CERH Nº 006/2008, onde  
80 limita num prazo máximo a representação de cada entidade nas câmaras técnicas  
81 em um ano, renovável por igual período, e de seu coordenador também. A sugestão  
82 foi feita para que as entidades que já fizessem parte das Câmaras Técnicas  
83 pudessem dar continuidade nos trabalhos já desempenhados. O presidente colocou  
84 a proposta de alteração em pauta para deliberação pela plenária, a alteração foi  
85 aprovada, assim ficando revogados os dois parágrafos, que será publicada em  
86 resolução própria do CERH (Resolução CERH Nº 017/2012) para sua publicidade.  
87 Após esta deliberação, passou para a eleição das entidades que comporão as CT's  
88 pelo próximo mandato. Aberta a eleição, o presidente solicitou que fossem  
89 colocados os nomes das entidades que gostariam de compor a Câmara Técnica de  
90 Instrumento de Gestão de Recursos Hídricos, sabendo que se fossem colocados um  
91 numero superior a sete entidades seriam colocados em votação. As seguintes  
92 entidades se pronunciaram favoráveis em compor CTIGRH: CREA-MS, APAI,  
93 SEPROTUR, EMBRAPA PANTANAL, FAMASUL, ÔNIX GERAÇÃO DE ENERGIA, OAB-MS.  
94 Sendo somente sete entidades, todas foram eleitas. Para compor a Câmara Técnica  
95 de Assuntos Legais e Institucionais foram colocadas a disposição as seguintes  
96 entidades: AEAMS, APAI, SEPROTUR, FIEMS, OAB-MS, IMASUL, FAMASUL. Sendo  
97 também sete entidades indicadas, todas foram eleitas. O presidente solicitou que as  
98 entidades eleitas indicassem os nomes dos representantes titulares e suplentes  
99 dentro de um prazo máximo de 20 dias. Não tendo mais indagações sobre este item  
100 de pauta, passou-se para os assuntos gerais. Dentro dos assuntos gerais, o

101 conselheiro Lorivaldo de Paula falou sobre o curso de capacitação para conselheiros  
102 dos órgãos colegiados destinados à gestão ambiental e de recursos hídricos do  
103 estado de Mato Grosso do Sul, curso que será fornecido pelo Núcleo Especial de  
104 Modernização da Administração Estadual do Imasul; Foram disponibilizadas para o  
105 CERH/MS seis vagas no curso, devendo os conselheiros interessados preencher a  
106 ficha de inscrição e aguardar para confirmação de datas e horários do curso. O  
107 conselheiro Leonardo Sampaio Costa informou sobre a publicação do Edital de  
108 licitação para elaboração dos Planos de Bacias dos Rios Miranda e Ivinhema, cujo  
109 edital está disponível no site de licitação do Governo do Estado; Sem mais assuntos  
110 em pauta deu-se por encerrada a reunião onde lavrei a presente ata que vai  
111 assinada pelo presidente e por mim Leonardo Sampaio Costa.

112

113 Campo Grande-MS, 27 de Setembro de 2012.

114

Lorivaldo Antonio de Paula  
Conselheiro - Semac

Sueli Teixeira  
Conselheira – Costa Rica Energética

Elisabeth Arndt  
Conselheira – Imasul

Leonardo Sampaio Costa  
Conselheiro - Imasul